

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
DEPARTAMENTO DE LETRAS – DL
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

**PROTAGONISMO DA MULHER POTIGUARA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COM ENSINO DIFERENCIADO**

RANIELLE BARBOSA DA SILVA

**MAMANGUAPE – PB
2025**

RANIELLE BARBOSA DA SILVA

**PROTAGONISMO DA MULHER POTIGUARA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COM ENSINO DIFERENCIADO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal da
Paraíba – Campus IV, em cumprimento
aos requisitos para obtenção do título de
Licenciada em Letras/ Língua
Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Michele
Guerreiro Ferreira.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e

S586p Silva, Ranielle Barbosa da.

Protagonismo da mulher potiguara : desafios e possibilidades da educação escolar indígena com ensino diferenciado / Ranielle Barbosa da Silva. - Mamanguape, 2025.

45 f.

Orientação: Michele Guerreiro
Ferreira. TCC (Graduação) - UFPB/CCAIE.

1. Educação indígena. 2. Ensino diferenciado.
I. Ferreira, Michele Guerreiro. II. Título.

UFPB/CCAIE

CDU 376:37-055.2

Classificação

RANIELLE BARBOSA DA SILVA

**PROTAGONISMO DA MULHER POTIGUARA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
DA EDUCAÇÃO INDÍGENA COM ENSINO DIFERENCIADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal da Paraíba – Campus IV,
em cumprimento aos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Letras/ Língua
Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Michele Guerreiro Ferreira.

BANCA EXAMINADORA

Assinatura: Michele Guerreiro Ferreira
Prof.ª Michele Guerreiro Ferreira
(Orientadora)

Assinatura: Antonio Alberto Pereira
Prof. Antonio Alberto Pereira
(Examinador Interno)

Assinatura: Thayná Donato Gomes
Prof.ª Thayná Donato Gomes
(Examinadora Externa)

Mamanguape, 22 de abril de 2025.

Este trabalho é dedicado a Deus Tupã, causa primordial de todas as coisas, pois sem Ele, nada seria possível.

À minha família, meus maiores incentivadores, especialmente à minha mãe Terezinha Barbosa Benedito, meu esposo Maurício Leandro de Lima Soares, os meus filhos Renan Barbosa dos Santos e Alice Barbosa da Silva e minha neta Aurora Lima dos Santos.

Dedico ainda, às mulheres Potiguaras que contribuíram para a valorização da Educação Indígena Diferenciada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus Tupã por ter me instruído nessa caminhada acadêmica durante esses cinco anos. Não foi uma trajetória fácil, mas com perseverança, fé e força de vontade consegui alcançar meu objetivo principal: concluir a graduação em Letras Língua Portuguesa.

Ao meu esposo e companheiro de vida Maurício Leandro de Lima Soares, por ser meu porto seguro quando a minha vida tornou-se um caos, pela paciência, compreensão e dedicação sem medidas, atribuídas a mim sempre buscando meios para que tudo fosse mais leve. Eu amo você!

À minha mãe, Terezinha Barbosa Benedito por me trazer ao mundo. Admiro a sua força e mesmo sendo mãe solo, nunca deixou faltar-me nada. A senhora é a minha maior referência e inspiração de vida.

Ao meu filho Renan Barbosa dos Santos, por compreender quando estive ausente em alguns momentos importantes, saiba que todo sacrifício que passei não foi em vão. O seu cuidado comigo me motiva a ser uma mãe melhor todos os dias.

À minha amada filha Alice Barbosa da Silva, tão pequena, mas tão acolhedora. Obrigada por secar as minhas lágrimas quando eu não tinha forças. Minha menina, a sua mamãe estará sempre ao seu lado quando você precisar.

À minha nora Kaline Lima da Silva, por nunca medir esforços para ajudar-me em tudo que precisei durante toda a produção da minha pesquisa.

À minha neta Aurora Liz Lima dos Santos, por ser a pessoa mais preciosa que Deus enviou para curar a minha dor, tão pequena, mas já és muito amada.

À minha amiga e irmã que a universidade me deu, Daniele Lima da Silva. Nesses cinco anos de amizade e vivências juntas, passamos por muitas dificuldades, porém, como sempre falávamos uma para outra: “ninguém solta a mão de ninguém”. Temos muitas memórias juntas, vários perrengues como banhos de chuva a caminho da universidade, pois o nosso transporte era uma moto. E por falar em moto, Deus nos livrou de vários acidentes. Saiba que não faria nada diferente, com você ao meu lado, a jornada foi prazerosa e gratificante.

Ao meu grande amigo Iapinari Gabriel Soares, que tanto me ajudou emocionalmente, sempre prestativo e atento a cada detalhe. Percebia só de observar quando não estava bem e precisava de auxílio, que Deus abençoe grandemente a tua vida. Tantas lembranças boas, mas não poderia deixar de registrar aqui o dia que tive uma crise de riso na aula do professor Fábio Pessoa, graças a você. Meu amigo, tu és luz na minha vida.

À minha amiga Aline Silva, a quem carinhosamente chamo de “AMADA”, sempre meiga, doce e gentil, meu socorro em meio às turbulências acadêmicas, nunca esquecerei tudo que fizestes por mim.

À mulher mais linda do Campus IV, Victória Cristina Fernandes de Araújo, saiba que és muitíssimo amada. Ver a tua evolução e superação como mãe me enche de orgulho, você vai longe, eu acredito!

Ao querido professor Dr. Antônio Alberto Pereira, por ser esse ser humano incrivelmente sensível e atento. Durante o processo de escrita do meu trabalho, fui acometida por um problema de saúde grave, mas as palavras dessa pessoa iluminada foram imprescindíveis para que eu superasse a dor e a tristeza. Ele disse: “Ranielle, é importante você se manter tranquila, em paz, com muita fé, espiritualidade”. “cuide da sua cabeça, nada de desespero, escute música, tome banho de mar, reze; você é uma mulher guerreira, já passou por muita coisa e venceu”. Ao senhor, professor, a minha gratidão.

À minha querida orientadora, a Dra. Michele Guerreiro, a senhora que me direcionou da melhor forma possível, sem seus ensinamentos e trocas não teria conseguido.

Com todos vocês ao meu lado, o meu fardo tornou-se leve. Obrigada!

“A Educação Escolar Indígena é tudo o que a gente aprende em casa, com a nossa forma de indígena, os nossos mitos, os nossos ritos [...] Uma escola sem parede”.

Maria Nilda Faustino Batista (*in memoriam*)
2022.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar o protagonismo das mulheres Potiguara por meio de suas histórias de lutas, analisar as práticas pedagógicas desencadeadas pelas professoras e apresentar as contribuições que elas deram para a Educação Indígena com o Ensino diferenciado. Metodologicamente, esta pesquisa tem abordagem qualitativa baseada na pesquisa-ação e utilizou como procedimentos a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Sobre a pesquisa bibliográfica, baseamo-nos em Bakke (2002), Braga (2021), Gomes (2021), Santos (2021), Pereira (2020). No que diz respeito à pesquisa de campo, frequentamos alguns encontros dos Projetos Narrativas Potiguara e Anama: fortalecendo juventudes indígenas e algumas visitas à escola Pedro Poti. Com relação ao *corpus* da pesquisa, foram analisados depoimentos de mulheres da etnia Potiguara sobre a educação indígena e ensino diferenciado, transcrições de áudios com as respostas do questionário aplicado. Ao fim desse trabalho, concluímos que o protagonismo dessas mulheres contribuiu significativamente para a valorização da educação indígena com ensino diferenciado. Contudo, diversas ações precisam ser realizadas para além do ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Indígena. Ensino Diferenciado e Específico. Mulher Potiguara.

ABSTRACT

This study aims to identify the protagonism of Potiguara women through their stories of struggle, analyze the pedagogical practices carried out by female teachers, and present their contributions to Indigenous Education with differentiated teaching. Methodologically, this research adopts a qualitative approach based on action research and employed bibliographic and field research as its procedures. For the bibliographic research, we relied on Bakke (2002), Braga (2021), Gomes (2021), Santos (2021), and Pereira (2020). Regarding the field research, we attended several meetings of the *Potiguara Narratives* and *Anama: Strengthening Indigenous Youth* projects, as well as made some visits to Pedro Poti School. As for the research corpus, we analyzed testimonies of Potiguara women about Indigenous education and differentiated teaching, along with transcriptions of audio recordings containing the answers to the applied questionnaire. In conclusion, we found that the protagonism of these women contributed significantly to the appreciation of Indigenous education with differentiated teaching. However, many actions still need to be carried out beyond the school environment.

Keywords: Indigenous Education. Differentiated and Specific Teaching. Potiguara Woman.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Mapa da Terra Indígena Potiguara.....	13
Imagem 2: Apresentação do Projeto Narrativas Potiguara (ENEX 2023).....	16
Imagem 3: Encontro do Projeto Anama (2023).....	17
Imagem 4: Oficina: Confecção de adereços indígenas (2021)	19
Imagem 5: Oficina: confecção de adereços indígenas (2021)	19
Imagem 6: Oficina: Pintura Indígena (2022)	20
Imagem 7: Ritual da formatura indígena na Escola João Eugênio Barbosa (2023).....	20
Imagem 8: Leitura Compartilhada (2024)	21
Imagem 9: Questionário usado para obtenção dos dados (2024).....	22
Imagem 10: Escola Estadual de Indígena de Ensino Fundamental e Médio Pedro Poti.	23
Imagem 11: Professora Maria Aparecida Senna Cruz (2023)	25
Imagem 12: Professora Iolanda dos Santos Mendonça	26
Imagem 13: Professora Maria Nilda Faustino Batista (2022).....	27
Imagem 14: Aula de Campo	33
Imagem 15: Palacete Lundgren.....	33
Imagem 16: Aula de campo no Porto Novo.....	35
Imagem 17: Ritual do Toré no Terreiro Sagrado.....	39
Imagem 18: Semana Cultural na escola Pedro Poti.	42
Imagem 19: Entrega de certificado de conclusão do Ensino médio	42

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ENEX – Encontro de Extensão

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP – Projeto Político Pedagógico

PN – Projeto Narrativas

PROEX – Pró – Reitoria de Extensão

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas

STF – Supremo Tribunal Federal

UVA – Universidade Vale do Acaraú

SUMÁRIO

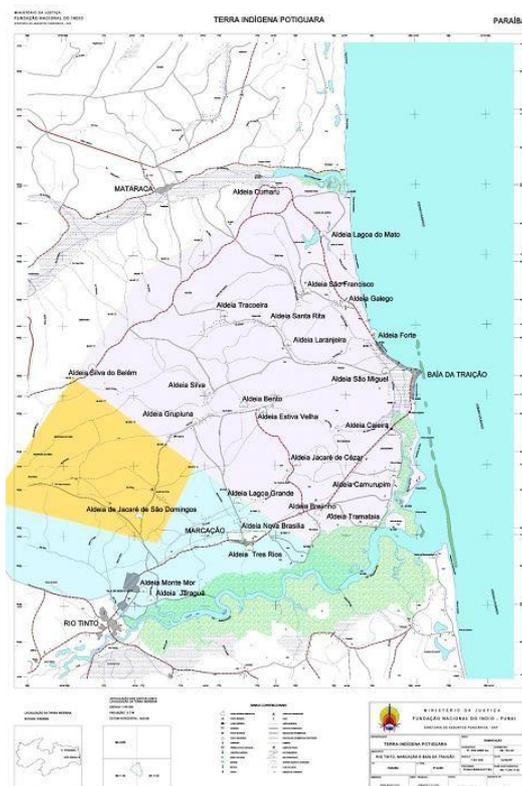
INTRODUÇÃO.....	13
1 INICIANDO A PESQUISA: PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO DO TCC	
1.1 Notas sobre a escolha do tema.....	15
1.2 A abordagem e os procedimentos de coleta/produção de dados	21
1.3 O campo – apresentando a escola participante da pesquisa.....	23
1.4 Perfil das mulheres Potiguaras participantes da pesquisa	25
2 A MULHER POTIGUARA NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	
2.1 A mulher e a colonialidade de gênero	28
2.2 As professoras Potiguaras: relatos e vivências	31
3 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E ENSINO DIFERENCIADO:TECENDO CONSIDERAÇÕES	
3.1 Educação Escolar Indígena no Brasil	36
3.2 Educação Indígena Diferenciada na Terra Potiguaras.....	38
3.3 Ensino diferenciado e específico na prática.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

O presente trabalho mostra a importância da Educação Escolar Indígena com o Ensino Diferenciado a partir do protagonismo educacional de mulheres indígenas Potiguara. No contexto atual, a educação escolar indígena diferenciada é voltada às escolas existentes nas comunidades indígenas de diferentes povos, o que não é diferente em nossa etnia. É uma prática pedagógica muito importante e eficaz para a formação inicial dos alunos na busca por fortalecimento e autorreconhecimento das suas raízes ancestrais. Além disso, é um ato educativo que visa aprimorar o ensino das teorias educacionais com as vivências cotidianas com a comunidade – escola, proporcionando assim, que as suas competências e habilidades sejam aprimoradas e lhes possibilitem um ensino de qualidade.

A etnia Potiguara está localizada no Vale do Mamanguape, Litoral Norte paraibano, distribuída em três municípios: Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, com uma população estimada em 19 mil indígenas. O ensino nas escolas indígenas dessa região possibilita uma educação diferenciada, pois além de contar com currículos próprios, também oferecem disciplinas específicas para tal finalidade.

Imagem 1 – Mapa da Terra Indígena Potiguara



Fonte: Portal Potiguara, acesso em 2025.

A partir desse contexto, como explicitamos acima, entendemos que a Educação Indígena Diferenciada é essencial para que um determinado grupo seja reconhecido em suas particularidades culturais, por isso, achamos necessário tecer reflexões sobre os desafios e as possibilidades existentes e nos questionamos: **Como o protagonismo de mulheres Potiguara contribuiu para a Educação Escolar Indígena com Ensino Diferenciado nas escolas Potiguara da Paraíba?**

Assim, nosso objetivo geral foi identificar o protagonismo das mulheres Potiguara na história de luta e resistência e as suas contribuições para a Educação Escolar Indígena. Nossos objetivos específicos foram: analisar as práticas pedagógicas desencadeadas pelas professoras indígenas e apresentar as contribuições da educação escolar indígena e do protagonismo da mulher para o conjunto da educação escolar.

No que se refere ao critério usado para seleção do grupo participante da pesquisa, se deu por se tratar de mulheres que se destacaram e/ou se destacam para que a educação Indígena Diferenciada seja modelo no território. Assim, é relevante considerar que esta pesquisa, antes de tudo, busca evidenciar o quanto o ensino diferenciado é primordial, fazendo com que o público leitor de qualquer etnia ou cultura tenha a oportunidade de se apropriar das informações aqui documentadas.

Para fundamentar a nossa pesquisa, foi necessária a realização de pesquisa bibliográfica com o intuito de adquirir um aporte teórico muito bem embasado no que concerne às questões teóricas. Para isso, usamos os estudos de autores como Bakke (2002), Braga (2021), Cananéa (2016), Chaer (2011), Gomes (2021), Gonzales (2020), Grupioni (2006), Mignolo (2017), Pereira (2020), Santos (2021) dentre outros. Em linhas gerais, além da introdução aqui apresentada, o trabalho está estruturado em três capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo apresentamos os caminhos metodológicos dessa pesquisa, incluindo as razões pessoais, profissionais e acadêmicas que nos motivaram a nos debruçar sobre o tema e as escolhas metodológicas, propriamente dito; no segundo, abordamos teoricamente as questões de gênero e no terceiro capítulo discutimos as questões referentes à educação escolar indígena e ao ensino diferenciado, partindo de uma perspectiva mais global até chegar no território Potiguara.

1. INICIANDO A PESQUISA: PERCURSO TEÓRICO – METODOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO DO TCC

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos, os instrumentos metodológicos e a justificativa para realização da pesquisa, apresentando a natureza e a abordagem para a coleta e análise dos dados. Discorreremos sobre as razões pessoais, profissionais e acadêmicas que motivaram este trabalho. Além disso, apresentaremos o perfil da escola campo e uma breve biografia das mulheres selecionadas como *corpus* da investigação.

1.1 Notas sobre a escolha do tema

O interesse pelo tema da pesquisa partiu da minha identidade cultural e étnica, por pertencer ao povo Potiguara da Paraíba-PB, por ser professora indígena e por participar do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo (GEPEDUCI) e de Projetos de Extensão. Os referidos projetos foram: a primeira edição do Narrativas Potiguara: plantas medicinais nos cuidados à saúde do povo (2020-2021); a segunda edição do Narrativas Potiguara: a compreensão de ancestralidade, território e natureza por anciãos indígenas (2022-2023) e; o Anama Potiguara: fortalecendo juventudes e lideranças indígenas (2023-2024), todos vinculados a Universidade Federal da Paraíba. Tais projetos atuam nos segmentos da identidade, cultura e educação diferenciada. Participar como aluna voluntária e bolsista, me proporcionou uma vasta vivência e imersão em aspectos do meu povo que eram desconhecidos por mim.

Em 2020, enquanto colaborávamos com a equipe do PN, fomos surpreendidos com a pandemia global da Covid-19. Tivemos que nos reinventar enquanto pesquisadores, pois o momento era de extrema incerteza. Durante esse período, fiquei responsável por entrevistar alguns anciãos que, geograficamente residiam mais próximos da minha residência.

Uma dessas entrevistadas foi à professora Maria Nilda Faustino (Dona Nilda) *in memoriam*, que será apresentada mais adiante. Durante esse processo de visitas, catalogação e transcrições realizadas, percebi que tudo estava me moldando, pois muitos questionamentos surgiam e a cada passo dado ansiava por respostas. A cada entrevista realizada, a emoção me acometia por completo, as histórias de vida daquelas pessoas eram surpreendentemente únicas. A universidade abriu-me muitas portas, participei de diversos eventos acadêmicos com submissão e apresentação de trabalhos, realizei várias viagens e recebi alguns prêmios. Dentre essas premiações, destaco a participação enquanto aluna bolsista no Encontro de Extensão (ENEX 2023).

Imagem 2 – Apresentação do Projeto Narrativas Potiguara durante o ENEX 2023



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Em relação ao Projeto Anama, este também foi um divisor de águas na minha vida pessoal, profissional e acadêmica, pois as ações desenvolvidas fortaleceram a minha compreensão a respeito do conhecimento étnico dos Potiguara. Os principais objetivos da ação de extensão eram aprofundar o entendimento sobre a pluralidade do território, discutir sobre a organização social do povo e as normas vigentes sobre a questão indígena e abordar a inserção da juventude nos diálogos acerca das demandas das comunidades. Os encontros do projeto eram realizados quinzenalmente em diferentes aldeias Potiguara. Reuniam-se professores, alunos da graduação bolsista e voluntários, lideranças indígenas e os coordenadores Estevão Martins Palitot e Kelly Emanuely de Oliveira, que também mediavam os debates

Imagem 3 – Encontro do projeto Anama realizado na EEIEFM Guilherme da Silveira, Rio Tinto, PB.



Fonte: acervo pessoal, 2023 (na imagem estão as professoras Cleide Potiguara, Ranielle Potiguara e Maria Aparecida).

Em uma dessas reuniões que ocorreu na Escola E. I. E. F. M. Guilherme da Silveira, na cidade de Rio Tinto - PB, levantaram como tópico de pauta a Educação Indígena e Ensino diferenciado. Tal tema se relacionava com mais um aspecto de minha identidade, o profissional. Percebi o quanto as demandas e reivindicações discutidas naquele encontro eram urgentes, pois eu mesma vivenciava aquelas questões diariamente no meu local de trabalho, por exemplo, a falta de recursos e material didático-pedagógico adequado para as aulas.

Dito isso, considerando o que diz o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, entendemos que o professor indígena é de suma importância para o resgate das tradições culturais nas escolas indígenas. Esses espaços são ambientes no qual os conhecimentos dos anciãos podem ser transmitidos por meio de aulas que envolvem conhecimentos teóricos com as experiências de vida dos envolvidos. Dessa forma, é cada vez mais urgente a ocupação desses espaços de aquisição de saberes, por isso, concordamos com o Ministro Luiz Roberto Barroso, em seu discurso de posse como presidente do Supremo Tribunal de Federal (STF), quando disse: “Três prioridades na vida de um país hão de ser: educação, educação de qualidade e educação para todos”.

Por isso, enquanto professora sempre tive compromisso com o resgate e a valorização da nossa cultura. Mesmo com tantos desafios que impossibilitavam as aulas ministradas no meu trabalho, a gestão e o corpo docente da EMEIF João Eugênio Barbosa promoviam oficinas

para

confeção de artesanato, catalogação de plantas medicinais, pintura corporal, aulas de campo e ritual do Toré. Essa relação de trocas de experiências nos fortalecia e, com isso, as nossas crianças só ganhavam. O ato de ensinar vai muito além das quatro paredes da sala de aula, é doação! É uma caminhada árdua, cheia de imprevistos e dificuldades. Em contrapartida, ser professor é a profissão que forma todas as outras profissões existentes. Você ser capaz de compartilhar conhecimentos a determinados grupos e, conseqüentemente, adquirir conhecimentos com essa troca é simplesmente maravilhoso. Muito ainda precisa ser feito para que de fato, o ensino diferenciado e a educação indígena sejam valorizados. Isto, na minha concepção, só será possível, com a luta e comprometimento de todos nós. Assim, concordo com Pessoa (2018, p. 199) quando diz que a prática docente “trata-se de uma temática bastante ampla e tem possibilitado demonstrar cientificamente as peculiaridades da atividade de ensino, entendida não apenas como ‘dom’ ou ‘vocação’, mas um trabalho, para o qual é necessário o domínio de saberes específicos”.

Com isso, faz-se necessário que o professor tenha sempre um olhar atento e investigativo, pois os processos de ensino e aprendizagem devem ser planejados e intencionais, proporcionando aos envolvidos meios e caminhos que deverão ser percorridos, estimulando assim, o desenvolvimento das competências educacionais. Assim, acreditamos que a aprendizagem acontece por meio da interação e da partilha de conhecimentos com outros envolvidos, isto é, de forma coletiva.

Através da coletividade no ambiente escolar, fomentamos a colaboração mútua entre os professores e demais funcionários, desenvolvendo a socialização, a empatia e o respeito, bem como celebrar a diversidade cultural tão vasta entre os Potiguara é fundamental. As crianças, desde cedo, devem tomar consciência do seu lugar de pertencimento, quais são os desafios, os problemas e as dificuldades enfrentados, como também, os seus direitos e deveres enquanto indígena seja ele aldeado ou não.

A estadia na EMEIF João Eugênio Barbosa deu-se a partir de 2017 a 2023. Durante sete anos, lecionei na própria comunidade, com crianças que boa parte fazia parte da minha família. Trabalhei com a Educação Infantil até 2021 e em 2022 assumi a turma do 1º ano dos Anos Iniciais até 2022. Atualmente, o corpo docente da instituição é composto apenas por mulheres, das quais uma boa parte possui formação em profissional em Pedagogia, e os demais ainda estão cursando a primeira graduação. Em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), a escola trabalha os conteúdos curriculares a partir das tradições orais repassadas pelos anciãos. Como dito anteriormente, ela promove várias ações para o fortalecimento cultural e étnico.

Nesse contexto, é digno destacarmos que a escola supracitada, realiza anualmente o ritual da formatura indígena, que é uma iniciativa que contempla a passagem dos ciclos da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental e na passagem para o início dos anos finais do Ensino Fundamental (do 5º para o 6º ano). Para tal feito, conta-se com parcerias de professores, anciãos, artesãos, o cacique local, entre outros.

Imagem 4 – Oficina: Confeção de adereços indígenas por Manoel Barbosa (artesão e padrasto da autora) na Escola João Eugênio Barbosa, aldeia Santa Rita, Baía da Traição - PB.



Fonte: acervo pessoal, 2021.

Imagem 5 – Oficina: Confeção de adereços indígenas por Manuel Barbosa (artesão e padrasto da autora).



Fonte: acervo pessoal, 2021.

Imagem 6 – Oficina: Pintura Indígena por Cleiton Potiguara (a criança sendo pintada na imagem é Alice Barbosa, filha da autora).



Fonte: acervo pessoal, 2022.

Imagem 7 – Ritual da formatura indígena realizado na Escola João Eugênio Barbosa.



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Por desenvolver um trabalho notório na minha comunidade, em 2023 fui transferida para a Escola M. E. I. F. Sagrado Coração de Jesus, a segunda maior escola do município de Baía da Traição - PB. Dessa forma, parei de atuar na área indígena e passei a trabalhar na cidade. Na referida escola, ocupo o cargo de professora alfabetizadora do 1º ano dos anos iniciais, com um total de 27 alunos.

Imagem 8 – Leitura compartilhada realizada na Escola Sagrado Coração de Jesus

Fonte: acervo pessoal, 2024.

Estas são as razões que motivaram a presente pesquisa, a relação entre o meu trabalho como professora e a formação conquistada nos projetos mencionados reafirmaram a importância da valorização da identidade étnica Potiguara e este trabalho marca um pouco da trajetória que construímos até o momento. Na próxima seção tratamos das escolhas metodológicas que orientaram o alcance dos objetivos apresentados anteriormente.

1.2 A abordagem e os procedimentos de coleta/produção de dados

Neste trabalho, adotamos como proposta metodológica uma abordagem qualitativa baseada na observação com a descrição das situações vivenciadas, evidenciando basicamente o que envolve a aplicação prática dos métodos utilizados na investigação. Da mesma forma, usamos conceitos relacionados à pesquisa-ação, pois de acordo com Haguette (1987, p. 95), há a necessidade “não só da inserção do pesquisador no meio, como de uma participação efetiva da população pesquisada no processo de geração de conhecimento, concebido fundamentalmente como processo de educação coletiva”. Seguindo essa perspectiva, foi necessário que houvesse o meu deslocamento para conhecimento das escolas e os indivíduos que seriam entrevistados.

Diante da identificação com o tema, elegemos como sujeitos desta pesquisa professoras Potiguaras que serão apresentadas posteriormente. Não selecionamos apenas educadoras que

lecionam disciplinas como Língua Portuguesa ou História, por exemplo, mas vimos que seria necessário compreender como o ensino dessas disciplinas se articula com as disciplinas específicas trabalhadas nas escolas indígenas, tais como: Etnohistória, Língua Tupi, Arte e Cultura, entre outras, e como esta relação pode contribuir para o ensino diferenciado nessas escolas.

No que se refere à coleta dos dados, utilizamos um roteiro para orientar as entrevistas e também um questionário com perguntas abertas. O questionário com perguntas abertas consiste na premissa que o entrevistado tem a liberdade para responder os questionamentos de forma ilimitada. A esse respeito, de acordo com Marconi e Lakatos (p. 33), umas das fases para realização de uma excelente pesquisa é a execução. Na execução é necessário coletar os dados, isto, segundo as autoras, “dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana, e outros elementos que possam surgir no campo da investigação”. Ainda sobre o uso do questionário, Gil (1999, p. 128) diz que é uma “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas”. Dentro desta perspectiva, construímos o nosso questionário com dez questões, como podemos ver na imagem a seguir.

Imagem 9 – Questionário usado para obtenção de dados na entrevista da Professora Maria Aparecida

QUESTIONÁRIO

- 1 Conte um pouco de sua história. Quem são seus pais? Como foi sua infância, sua adolescência? Seus estudos?
- 2 O que é território para o povo potiguara? Tem o mesmo significado que para o homem branco?
- 3 O que é ser Potiguara? Ser parente? O que é comunidade para você?
- 4 Qual a sua visão sobre a relação dos jovens indígenas estudantes dessa escola?
- 5 O sentido do Toré para os Potiguara? Quem são os encantados?
- 6 Como você entende a educação indígena diferenciada?
- 7 A importância do tupi no fortalecimento da cultura potiguara?
- 8 O que representa a pintura indígena?
- 9 Quais são os principais desafios/problemas para você, como professora potiguara hoje na educação indígena diferenciada?
- 10 Qual a importância de se lecionar de forma diferenciada nessa escola?

Fonte: acervo pessoal, 2024.

Além do questionário, realizamos entrevistas semiestruturadas com as professoras. Esta modalidade de entrevista permite que possamos, a partir de um roteiro que tem uma certa flexibilidade, adquirir informações mais aprofundadas de acordo com o desenvolvimento da conversa.

Com relação à análise dos dados coletados, nos baseamos na técnica da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Esta técnica nos possibilita extrair unidades de sentido e realizar inferências a partir dos dados coletados a partir da biografia das professoras, que são os sujeitos desta pesquisa, e dos relatos de experiências pessoais no que diz respeito às suas práticas educacionais e pedagógicas.

1.3 O Campo - apresentando a escola participante da pesquisa

Para realizar esta pesquisa e nortear a nossa busca por práticas educacionais diversas a respeito de um ensino diferenciado e específico, elegemos a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Pedro Poti, localizada na aldeia São Francisco, no município de Baía da Traição, PB. A referida escola atende a 458 alunos nas turmas de anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, de Ensino Médio e de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo seu funcionamento nos períodos da manhã, tarde e à noite. No que se refere ao espaço físico, o prédio foi construído especialmente para comportar a primeira escola indígena do município da Baía da Traição, por isso selecionamos esta escola como a referência para a nossa pesquisa.

Imagem 10 – Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Pedro Poti.



Fonte: acervo pessoal, 2025.

A instituição é formada por uma cozinha, biblioteca, uma quadra de esportes com cobertura, seis banheiros, sete salas de aula e uma área externa para recreação e atividades ao ar livre, possuindo uma estrutura razoavelmente adequada. O prédio dispõe de equipamentos audiovisuais, datashow, aparelho de TV, caixa de som e um laboratório de informática que atualmente encontra-se desativado. Em 2024 passou por uma reforma para ampliação da biblioteca, troca do madeiramento e telhado, como também melhorias no sistema de esgoto.

A escola foi inaugurada em 07 de julho de 2003, sendo reconhecida através da Constituição Federal de 1988, por meio do Decreto Estadual nº 5.051/2004, pela Resolução 003/96. Ao que diz respeito à assistência pedagógica, segundo o gestor escolar Iratã Ciriaco, são desenvolvidas reuniões de alinhamento e planejamento mensal, encontros com pais e mestres e o conselho de classe.

Araújo (2023), em sua pesquisa intitulada **Ensino e aprendizagem da Língua Tupi Antigo: instrumento de fortalecimento da identidade do Povo Potiguara** faz algumas considerações a respeito dos recursos humanos e a matriz curricular utilizados na dita instituição, vejamos:

O quadro de funcionários é formado por diretor, uma vice-diretora, uma secretária, uma coordenadora pedagógica, vinte sete professores e mais vinte e um funcionários que se dividem entre auxiliares de limpeza, inspetores, vigias e cozinheiras. Cumprindo as instruções do RCNEI, o corpo docente, a equipe gestora e os outros funcionários são indígenas, tendo apenas um professor não indígena. Cabe aqui salientar que atualmente a escola não dispõe de funcionários efetivos, sendo todos contratados, visto que estes são escolhidos através de eleições ou indicações da comunidade indígena local.

Com relação a matriz curricular, esta leva em consideração as especificidades do povo Potiguara, sendo inseridas três disciplinas específicas: Arte e Cultura, Etnohistória e Tupi Antigo, que tem como foco trabalhar conteúdos de forma contextualizada acerca da realidade do povo promovendo e fomentando o fortalecimento da identidade étnica. Ademais, a partir da análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, foi constatado que o calendário é organizado de acordo com as demandas específicas, como a semana cultural e a semana da conscientização indígena. (Araújo, 2023, p. 39).

Dessa forma, concordamos com a autora a respeito das informações apresentadas. Para apresentação da instituição, realizamos três visitas ao recinto. A primeira foi muito importante, pois foram necessárias algumas explicações do que se tratava a pesquisa, o reconhecimento do local e o levantamento de dados.

1.4 Perfil das mulheres Potiguara participantes da pesquisa

As mulheres sujeitas da pesquisa são indígenas do povo Potiguara da Paraíba - PB, atuam e/ou já atuaram em escolas indígenas na Terra Indígena Potiguara, nos municípios localizados no Litoral Norte da Paraíba, Baía da Traição e Rio Tinto. Todas as professoras concordaram em participar da pesquisa e, como a pesquisa visa relatar a história de lutas e a contribuição dessas mulheres para a educação escolar indígena, o anonimato, comum nas pesquisas, nesta em particular, não foi acatado. É importante para o povo Potiguara reconhecer os personagens que contribuem para a sua história.

A primeira entrevistada foi a professora Maria Aparecida Senna Cruz, formada em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú (UVA), possui especialização em Educação Infantil e em Cultura e História dos Povos Indígenas. É a primeira presidenta indígena da Associação Comunitária dos Pescadores e Agricultores Indígenas da Aldeia Jaraguá, é idealizadora do Projeto Feira Comunitária na Aldeia. Cida, como é carinhosamente chamada e conhecida por todos, tem desenvolvido um excelente trabalho com relação ao ensino diferenciado. O nosso contato deu-se a partir dos encontros do projeto Anama, em 2023 – 2024.

Imagem 11: Professora Cida em oficina de artesanato promovida pelo projeto Anama.



Fonte: Acervo pessoal, 2023 – 2024.

A nossa segunda entrevistada nos concedeu seu depoimento através do projeto Narrativas Potiguara. A educadora, ativista e militante do movimento indígena no Nordeste, Iolanda dos Santos Mendonça, atualmente reside na aldeia Forte, na Baía da Traição, PB, foi a primeira Potiguara a graduar-se em História pela Universidade do Mato Grosso, MS, Campus de Cuiabá, MS. Atualmente é coordenadora pedagógica da rede municipal de ensino do município no qual reside mais precisamente na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Parteira Maria Gomes, que até meados de 2023-2024 chamava-se Escola Dr. Antonio Estigarríbia. Ela é referência na busca por uma educação escolar indígena diferenciada, participou ativamente do processo de criação da Organização dos Professores Indígenas Potiguara da Paraíba (OPIPP), em seu relato a anciã aborda sobre a coletividade dentro do Povo, “Quem faz o beiju não come sozinho, divide”.

Imagem 12 – Professora Iolanda



Fonte: Instagram do Narrativas Potiguara, acesso em 2025.

Maria Nilda Faustino Batista (*in memoriam*) nasceu no dia 28 de janeiro de 1964, em um povoado próximo a aldeia São Francisco e ancestralizou-se em 2022. A anciã era referência para seu povo, lutando em linha de frente pelos direitos ao território, saúde, e, sobretudo, educação escolar indígena. Mãe de cinco filhos começou a sua trajetória na educação básica a partir de 1979, quando lecionava para alunos com séries inferiores a sua. Cursou o pedagógico e em 2004, graduou-se no curso de Pedagogia. Ela dedicou a sua vida a causa indígena,

refletindo aspectos que envolviam a tradição e a cultura. Dona Nilda, como era conhecida, discutia com propriedade assuntos referente à espiritualidade, natureza, cosmologia, mitos e religiosidade com saberes acadêmicos adquiridos nas instituições de ensino por onde passou. Entendia que a educação indígena era de suma importância para os seus parentes.

Imagem 14 – Anciã Dona Nilda



Fonte: Instagram do projeto Narrativas Potiguara, acesso em 2025.

Estas três mulheres e professoras Potiguara com suas trajetórias deram grande contribuição para a educação escolar indígena como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

2. A MULHER POTIGUARA NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO

ESCOLAR INDÍGENA

Neste capítulo, abordaremos como a mulher Potiguara influenciou na construção da Educação Escolar Indígena no território. Para tanto, subdividimos em duas seções. A primeira seção traz algumas considerações sobre o movimento feminista e alguns conceitos relacionados à igualdade de gênero e como essa construção é desenvolvida nos grupos domésticos Potiguara. Na segunda seção, apresento alguns relatos de experiências no que confere as práticas educacionais das professoras indígenas.

2.1 A mulher e a colonialidade de gênero

No contexto atual, entendemos que é cada vez mais urgente e necessária que haja igualdade de gênero, isto significa dizer que homens e mulheres tenham os mesmos direitos e oportunidades em todas as esferas sociais. O feminismo é considerado um movimento legítimo que atravessou décadas e tem transformado as relações entre as pessoas no Brasil e no mundo. Há vários estudos que abordam agendas feministas e denominam o Feminismo como Liberal, Social e Interseccional.

No que concerne ao feminismo liberal, as mulheres desejam a liberdade em suas escolhas e seus corpos sem serem julgadas por isso. No feminismo social, as ativistas almejam demandas que sejam justas, e, no feminismo interseccional, elas desejam e exigem respeito por quem são, isto é, mulheres, independente da classe social, da raça ou da sua sexualidade.

Tomando como referência as discussões construídas nos diversos tipos de feminismos, podemos compreender a categoria mulher de várias maneiras, como por exemplo, a mulher negra, a mulher indígena, a mulher transgênero e muitas outras. Ou seja, a mulher não se limita a definições biológicas, mas raça, classe social ou intelectual, e muitos outros fatores influenciam as possibilidades delas ocupar todos os espaços existentes. E infelizmente, a discriminação, a desigualdade, a violência, os estereótipos são gritantes na sociedade.

Na obra *Pensamentos Feministas Hoje: Perspectivas Decoloniais*, organizada por Heloisa Buarque de Hollanda, Lugones (2008), através do artigo **Colonialidade e gênero**, nos leva a uma reflexão a respeito das questões sobre a interseccionalidade de raça – classe – gênero – sexualidade. Nós, no entanto, nos atentaremos apenas as considerações que ela faz a respeito do Sistema moderno/colonial de gênero.

Antes de tudo, segundo a pesquisadora, é preciso entender qual seria o lugar do gênero nas sociedades, pois só assim, seremos capazes de entender a complexidade que envolve o tema. A esse respeito ela escreveu o seguinte:

Entender o lugar do gênero nas sociedades faz rotacionar nosso eixo de compreensão da importância e magnitude do gênero na desintegração das relações comunais e igualitárias, do pensamento ritual, da autoridade e do processo coletivos de tomadas de decisões e das economias. De um lado, o reconhecimento como uma imposição colonial – a colonialidade do gênero complexificada – afeta profundamente o estudo das sociedades, questionando o uso do conceito “gênero” como parte da organização social. Por outro lado, uma compreensão da organização social feita a partir das cosmologias e práticas pré-coloniais é fundamental para entendermos a profundidade e o alcance da imposição colonial. Mas não podemos fazer um sem o outro. E, portanto, é importante entender o quanto a imposição desse sistema de gênero forma a colonialidade do poder, e o tanto que a colonialidade do poder forma esse sistema de gênero. A relação entre eles segue uma lógica mútua. Até agora, acredito estar claro que o sistema de gênero moderno colonial não existe sem a colonialidade do poder, já que a classificação das populações em termos de raça é uma condição necessária de sua existência. (p. 25 -26).

Como a autora nos mostra, a Colonialidade de Gênero está diretamente relacionada à Colonialidade do Poder que é um termo cunhado por Aníbal Quijano (2005) para designar um padrão de poder que surge no âmbito do colonialismo, mas que se perpetua até os dias de hoje, baseado na falsa ideia de “raça”, usada para classificar e localizar socialmente a humanidade. Estabelecendo uma hierarquia entre os seres humanos, na qual o homem branco, europeu, cis heterossexual, cristão estava acima dos mestiços, índios e negros e dentro desta lógica classificatória, todos estes, estavam acima das mulheres. Tal sistema moderno/colonial desconsidera a diversidade humana e subalterniza formas outras de ser e existir no mundo.

Assim sendo, se mergulharmos mais a fundo sobre o sistema de gênero entre a etnia Potiguara, reconhecemos que a mulher tem um papel fundamental na história de lutas e resistências dos povos indígenas, é ela também que cuida da natureza, da cultura, dos artesanatos, dos filhos, da saúde, da educação e da espiritualidade. Por isso, tem uma grande importância de participação nos seus respectivos povos. Embora o “cacicado” e a “pajelança” sejam mais representados pelo universo masculino, a presença marcante da mulher como mãe, avó, parteira e curandeira, se mantém ao longo da história. E este protagonismo tem mais visibilidade por meio da educação escolar indígena, em que algumas mulheres têm ocupado um lugar de destaque. Vejamos o que nos ensina Dona Nilda, em sua última entrevista concedida ao projeto Narrativas Potiguara:

A força da mulher está em tudo. O homem sempre passa despercebido. Eu não sei o senhor, ou outros homens... ninguém sabe, né? A mulher é aquele alicerce. Você precisa ser acolhido, esse acolhimento, a mulher tem. Ela sabe dar esse acolhimento, sabe dar o amor, sabe dar carinho, sabe dar mais atenção. Com a sua simplicidade, ela vai tirar de você, homem, o que você certamente não quer abrir espaço. Mas ela vai entrando na sua vida e vai fazer uma abertura pra você entrar de cheio. Você vai descobrir esse homem. Às vezes, ele se perde por não abrir esse espaço para a mulher. Até pra mãe, pra irmã, seja pra esposa, seja pra quem for, né! Eu, a gente foi criado cinco mulheres. A minha avó era uma mulher altamente espírita. Muito. Ela sentava com a gente, porque todos os indígenas tiveram essa característica natural. Ela sentava ali com a gente, ia explicar as coisas da vida. A gente pequena, numa noite de lua. A gente sentava ali e ela ia conversar com a gente: “Vocês vão precisar disso mais tarde”. Meu pai não gostava, embora ele fosse um homem assim também. Mas ele não gostava. Ele nunca sentou com a gente pra ensinar as coisas da vida por esse lado. E ele dizia assim: “Madrinha só tem besteira!” Ele chamava minha avó de madrinha. Ela dizia assim: “Batista, ensina coisas às suas filhas que mais tarde elas vão precisar”. E quando ele tava na velhice, ele lembrava dela, que não era besteira o que ela dizia, porque ele estava vivendo o momento de sabedoria e precisava dela. (NILDA POTIGUARA)

Essa experiência descrita por Dona Nilda evidencia como a figura feminina é importante para todos os aspectos referentes ao povo. Por se tratar de um tema complexo que envolve a organização social da etnia e a cultura local, consideramos destacar como os referidos parentes se organizam socialmente, evidenciando como as estruturas patriarcais se perpetuam de geração a geração.

Jordahl (2023) no livro **A queda do patriarcado: o combate ao machismo através dos séculos** discorre de forma clara e objetiva a respeito do patriarcado, isto é, o predomínio da autoridade do pai. Segundo ela, o termo se refere “a uma forma de organização social em que o homem está acima da mulher; é o homem que tem mais poder, ganha mais dinheiro e é considerado mais importante que a mulher, como na maioria das sociedades” (p. 7). Entre as comunidades Potiguaras, esse modelo organizacional tendo a figura masculina como principal ainda é predominante.

Ao realizar **Uma etnografia da organização social da aldeia Laranjeira, Terra indígena Potiguara, Baía da Traição, PB**, Gomes (2021) apresenta alguns grupos domésticos nos quais os homens têm as suas atividades organizadas seguindo a dinâmica da cooperação mútua, sendo elas: plantação de milho, feijão, roça, cana-de-açúcar; cuidados de animais como carneiros, gado e galinha; manejo da casa de farinha entre outros. Na referida pesquisa é possível perceber que mesmo os homens não sendo responsáveis pela renda integral da família das quais fazem parte, esse sistema ainda se perpetua. (p. 11 – 22).

Do mesmo modo, Araújo (2015) ao apresentar um grupo doméstico da aldeia Jaraguá, em Rio Tinto, PB, evidencia o modelo de organização centrado no homem, sobre isso, a autora descreve a seguinte situação:

Seu Zé Boto dedicou anos de sua vida à pesca. Hoje, devido a problemas de saúde não pode mais exercer esse tipo de atividade, da qual diz que sente falta. Seu Zé Boto tem esse apelido devido a seu pai (já falecido), que era conhecido por Paulo Boto, foi com ele que nosso interlocutor aprendeu a pescar. Desde muito pequeno ele o acompanhava, atraído pelas comidas das marés, que segundo ele são muito boas. Os filhos de seu Zé Boto aprenderam com ele a pescar, no entanto, ele nos disse que não queria seus filhos trabalhando na maré. (p.26).

Assim, compreendemos que o sistema patriarcal ainda impera entre as famílias indígenas. Contraposto a isso, como dito anteriormente, mesmo com todas as adversidades, as mulheres Potiguara sempre buscaram e buscam ocupar os mais diversos espaços no território e fora dele.

À luz do estudo realizado por Santos (2021), as comunidades possuem um representante denominado de cacique, escolhido de forma democrática através de eleição, ou por indicação parental de seu antecessor. Este resolve os anseios de seus parentes contribuindo na organização social, mediando conflitos internos dos mais diversos entre os indígenas e não indígenas que residem no local. Promove movimentos de lutas pela terra, saúde e educação. Estas atribuições, segundo o pesquisador, competem não só ao cacique local, mas também a figura do cacique- geral, o qual representa a etnia Potiguara à frente dos órgãos e as instituições públicas de maneira mais ampla, em âmbito estadual e nacional. (p. 105 – 113).

Ainda que a organização do povo Potiguara ainda seja predominantemente centrada no homem, ratificando a colonialidade de gênero, as mulheres têm um papel fundamental em várias conquistas para o povo, inclusive no campo da educação como veremos na próxima seção.

2.2 As professoras Potiguaras: relatos e vivências

A prática docente é primordial para o desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos, especialmente quando esses alunos estão inseridos em comunidades indígenas. Através da realidade e das vivências de cada criança nas escolas, as professoras têm oportunidades e mecanismos para aperfeiçoarem as suas estratégias. Em seu estudo sobre educação diferenciada, Braga (2021, p. 4) argumenta que “as escolas indígenas devem ser espaços interculturais, onde se debatem e se constroem conhecimentos sociais para o contato interétnico com espaços de fronteiras, pois quanto maior a interação, mais potente ou marcado

será o limite étnico”. A professora Cida, uma das entrevistadas para este trabalho, a ser questionada sobre como ela entendia a educação indígena, nos respondeu da seguinte forma:

Olhe pra nós que somos professoras aqui na aldeia e em outras aldeias também, que trabalhamos com alunos indígenas, não dá pra lecionar sem nos envolvermos com a nossa cultura, com a nossa realidade. A gente aqui trabalha de acordo com as nossas vivências, levamos nossos alunos pra aulas de campo aqui no porto novo, no mangue também. Já levamos nossos alunos para visitar o casarão e conhecer mais sobre a nossa história, conhecer mais sobre nós mesmos, porque eles têm que valorizar cada vez mais quem somos e por tudo que passamos pra estarmos aqui agora. A gente tem enfrentado muitas dificuldades aqui, sabe, mas é muito gratificante ver o desenvolvimento e o empenho de cada uma aqui, pra melhorar a nossa escola e a nossa educação. (Maria Aparecida, Professora Potiguara).

Este relato da professora Cida, evidencia que ao proporcionar aulas fora do recinto escolar reforça a interação entre alunos, professores e a comunidade. Concordando com esse viés, Braga (2021, p. 4), argumenta que “escola indígena se caracteriza por ser comunitária articulando os anseios da comunidade indígena na qual está inserida, aos projetos de sustentabilidade territorial, cultural e diferenciada em relação às escolas não indígenas”. Ou seja, o depoimento se enquadra perfeitamente a estes aspectos, pois as instituições não indígenas não oferecem metodologias de ensino baseadas em experiências cotidianas. No depoimento, a professora cita que leva seus alunos para visitar o “Casarão”. Vale destacar que o casarão ao qual ela se refere, diz respeito ao Palacete dos Lundgren, construído na aldeia Monte Mor, município de Rio Tinto, PB no século passado para hospedar o coronel Frederico Lundgren. Pereira (2020), discorre sobre o legado de repressão marcado por ações violentas contra os indígenas daquele tempo.

Para a professora Cida, o palacete é um marco histórico de todos os abusos que eram cometidos contra os parentes daquele tempo; ela nos contou que todas as vezes que adentra aquele espaço, sente a energia dos seus antepassados. Para ela, contar essa experiência aos alunos promove a conscientização dos mesmos, para que jamais eles se sujeitem novamente a um regime de aprisionamento, opressão e desrespeito contra o povo Potiguara.

Imagem 14 – Aula de campo: professora Maria Aparecida com os alunos do 9º ano, da Escola Cacique Domingos, em visita ao palacete dos Lundgren.



Fonte: acervo pessoal, 2024.

Imagem 15 – Palacete Lundgren, aldeia Monte Mor, Rio Tinto, PB.



Fonte: Projeto Anama, 2024.

À medida que propomos aqui, trazermos os relatos e as vivências das educadoras percebe-se as lacunas existentes no sistema de ensino brasileiro, principalmente no que concerne a valorização da classe trabalhadora em questão. Consoante a isso, é válido de nota, toda a indignação da nossa entrevistada sobre a agenda referente à criação da categoria “professor indígena”, que prontamente nos respondeu:

Pra gente que somos professoras em escolas indígenas, é uma vergonha pra nós quando pegamos o nosso contrato e está lá “prestador do serviço”. Conheço companheiros meus que também são professores e teve um que

estava locado como maqueiro, no Trauma (Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, em João Pessoa, PB). Isso é uma vergonha. Outra coisa também é a falta de respeito com o nosso salário, só recebemos o mínimo, para ganharmos mais, temos que trabalhar em mais de uma escola, e isso é muito desmotivador (Professora Maria Aparecida).

Esta narrativa nos leva a pensar no que defende Mandulão (2003, p. 221), pois o pesquisador argumenta que às “reivindicações dos professores indígenas passa a ser essencial no conjunto de reconstrução do velho paradigma de educação tradicional de escola, à medida que esse profissional representa um novo *status* político dentro da comunidade”. Assim, reiteramos que as professoras precisam sim, reivindicar os seus direitos, tendo em vista que, só assim será possível alcançar melhorias.

Dito isso, é cabível dialogarmos com o pensamento da anciã Iolanda Potiguara em seu depoimento concedido ao projeto narrativas potiguara em 2023. Para ela, alguns dos principais desafios são as questões relacionadas às ditas escolas indígenas e a categoria professor indígena. Em seu relato, a historiadora tece críticas a Organização dos Professores Indígenas da Paraíba (OPIP), por não reivindicar junto ao Governo Estadual esta demanda de criação da categoria “professor indígena”. A mesma afirma ainda que as escolas que fazem parte dos três municípios: Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, PB, que estão inseridas na Terra Indígena Potiguara, apenas as que são atendidas pela rede estadual de ensino são propriamente indígenas, as demais são escolas rurais.

Foi uma luta danada, eu tive que na casa do deputado junto com Dulce Magalhães contando do nosso interesse, do que vinha trazer de benefício para o estado, para o nome de cada deputado que aceitasse aquilo ali, que votasse positivo. Só sei o que ouvi todo mundo como é que fez uma articulação ali e conseguiram aprovar isso aí, foi que registrou essas escolas estaduais, ficou faltando criar a categoria professora indígena que está esse embate até hoje, que não foi criado né? Aí criou as escolas, ainda teve depois que a escola foi criada, apareceu muito padrinho? Que foi eu que não foi, né? A gente sabe quem foi né? (Iolanda Potiguara).

Seguindo por este mesmo viés, destacamos as reflexões elencadas por Dona Nilda, em entrevista ao projeto supracitado anteriormente. Para ela, os professores indígenas têm o diferencial ao realizar as suas ações pedagógicas através de aulas de campo. Nas atividades extraclases, os alunos estudam o meio ambiente, a história, a cultura e são estimulados a conhecer e valorizar o que os rodeiam, por isso, argumentou da seguinte maneira:

Eu vejo que na educação escolar indígena, nós vamos unir o útil ao agradável. Na educação indígena é tudo que a gente aprende em casa, com a nossa forma de indígena, os nossos mitos, os nossos ritos, então vamos pra escola unir, aonde as disciplinas, em modelos de disciplinas. Então, o que eu vou fazer lá? Eu vou buscar o que eu conversei em casa, se eu posso ir com meus

professores, com meus diretores, com meus colegas lá onde eu encontro o campo da pesquisa, da experiência é isso. Se eu vou estudar sobre uma planta, eu vou ver onde ela está. Ela não está em quatro paredes, ela está no local dela. Mas o nosso legado era que a gente levava o aluno pra mata, vamos estudar lá na beira do rio, no estuário, no mangue, na beira da praia, no meio do mato. É uma escola sem paredes, sem fronteiras. (Dona Nilda).

As práticas pedagógicas desencadeadas por essas mulheres contribuem de maneira significativa para o fortalecimento da aprendizagem e da cultura. São mulheres que retratam pontos pertinentes principalmente por se tratar do seu próprio povo. Essas professoras entendem que os espaços que elas ocupam, irão influenciar as futuras gerações de meninas indígenas de forma surpreendente. Dialogar a respeito desses acontecimentos é necessário. Esperançar é preciso! Oferecer possibilidades às professoras para aperfeiçoamento de tais práticas é imprescindível, garantir diretos, promover formações no campo da docência entre outros fatores é fundamental.

Imagem 16 – Professora Maria Aparecida em aula de campo no porto novo, aldeia Jaraguá, Rio Tinto



Fonte: cedida pela entrevistada.

As experiências e vivências das professoras mostram suas preocupações e suas estratégias para a construção e valorização da educação escolar indígena dentro dos territórios Potiguara. No próximo capítulo, vamos tecer algumas considerações sobre a educação escolar indígena e o ensino diferenciado.

3. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E ENSINO DIFERENCIADO: TECENDO CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo, discutiremos sobre questões relacionadas à educação escolar indígena e ensino diferenciado no Brasil e no território Potiguara. O capítulo está dividido em três seções. Na primeira delas, discorro, à luz do marco legal e documentos oficiais o percurso para implantação da educação indígena na atualidade. Na segunda seção, apresento como se deu esse mesmo processo educacional na Terra Potiguara. Para finalizar, traço uma breve contextualização conceituando o que seria ensino diferenciado apresentando algumas práticas educacionais correlacionadas.

3.1 Educação Escolar Indígena no Brasil

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei que estabelece os direitos e os deveres de toda a sociedade, como também organiza os Estados e Municípios da federação. Em seu capítulo III, seção I, artigo 205 que trata a respeito da educação, o documento determina que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1998, p. 184). A partir da sua promulgação, a Educação Indígena alcançou avanços significativos, assegurando aos povos originários um ensino diferenciado, tomando como referência as particularidades de cada etnia.

Partindo dessa mesma premissa, a Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no artigo 26 - A decreta que:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

2º Os conteúdos referentes à história e a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras. (BRASIL, p. 26).

Dessa forma, entendemos que perante essas leis, os avanços são notórios, embora muito ainda precise ser aperfeiçoado. Discutir o percurso histórico da educação indígena no Brasil requer antes de tudo reconhecer que os direitos conquistados são sinais de muita luta e derramamento de sangue. Santos (2021), discute como a questão da educação escolar indígena está presente nos documentos citados aqui, como também em outros. Segundo ele, todas as leis subsequentes à Constituição de 1998, que regem a educação, abordam o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, visando à valorização dos seus saberes específicos.

Concordando com esse mesmo argumento, Barbosa (2016) afirma que após o fim do regime militar no Brasil, várias organizações de professores surgiram a fim de buscarem um novo modelo de ensino voltado as melhorias da educação. Essas organizações influenciaram de forma sistemática os povos originários, que segundo ela, por meio de encontros regionais, reivindicavam e debatiam sobre diversos assuntos pertinentes a classe.

Assim, nos reportamos às orientações apresentadas no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI/MEC, 1998). O referido documento que rege a educação indígena no Brasil foi idealizado e escrito a partir das perspectivas dos próprios professores indígenas de diferentes povos, assegurando que as escolas precisam de autonomia quanto a seu funcionamento. O seu processo de criação foi citado por uma de nossas entrevistadas, a professora Iolanda:

É, e daí a gente começou a montar nossos encontros e já começamos nos organizando, né? Num primeiro momento, poucas pessoas depois foram aglomerando mais e foi juntando as aldeias e foi juntando os caciques. Quando eu pensei que não, eu tava no Ceará (CE) na elaboração do RCNEI, que é o Referencial Curricular para as Escolas Indígenas, né? Porque assim, eles questionavam muito, Iolanda isso, assim, assim, aí eu dava a minha ideia, a minha visão, que era a que eu imaginava que eu estava vendo. E como é que eu pensava em melhorar aquilo ali? Lá tem participação Potiguara. Nessa época, fui eu, passamos três dias lá e o resultado foi àquele referencial. (Iolanda Potiguara).

Com base no exposto, averigua-se a complexidade para elaboração do documento, pois este seria a concretização das ideias, vontades, anseios e lutas de vários povos indígenas do país. A obra é subdividida em duas partes: a primeira parte abarca os fundamentos históricos, antropológicos, políticos e legais para a educação indígena; na segunda, fomenta a construção de práticas curriculares de educadores implantadas nas escolas indígenas, visando o desenvolvimento de projetos pedagógicos e as suas especificidades.

Como bem explanou Barbosa (2016) o que foi o movimento dos professores indígenas após o regime militar anteriormente, acrescentamos agora que este movimento deu-se por meio da união entre associações e organizações de professores e de agentes de saúde indígena. Eram

realizados “Encontros Nacionais de Educação Indígena” ou “Encontros de Professores Indígenas” para discussão de pautas referentes relativas às escolas que os indígenas queriam em suas comunidades. Sobre as especificidades da educação indígena, o livro diz:

Parte do sistema nacional de educação, a escola indígena é um direito que deve ser assegurado por uma nova política pública a ser construída, atenta e respeitosa frente ao patrimônio linguístico, cultural e intelectual dos povos indígenas. Esse esforço de projetar uma nova educação escolar indígena só será realmente concretizado com a participação direta dos principais interessados – os povos indígenas, através de suas comunidades educativas. Essa participação efetiva, em todos os momentos do processo, não deve ser um detalhe técnico ou formal, mas, sim, a garantia da sua realização. A participação da comunidade no processo pedagógico da escola, fundamentalmente na definição dos objetivos, dos conteúdos curriculares e no exercício das práticas metodológicas, assume papel necessário para a efetividade de uma educação específica e diferenciada. (Brasil, 1998, p. 24).

Ao compartilhar as suas experiências sobre essa construção educacional, Dona Nilda nos revelou que também participou ativamente desse movimento, isso se deu por meio de vários professores que vieram oferecer cursos de Educação Escolar Indígena.

Mas, a educação em si, eu fui uma das que lutou, em Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Fortaleza, Pernambuco, Natal. Tudo a gente articulou pra gente fazer a educação escolar indígena. Vieram pessoas também pra cá, tanto a gente foi pra lá, como de lá vieram pessoas pra cá, pra dar formação de professores. Do Paraná veio uma professora, não foi só ela, como vários professores vieram dar vários cursos de educação escolar indígena. (Nilda Potiguara, 2022).

Essa troca de saberes entre os professores indígenas de vários lugares do país, possibilitou o fortalecimento da educação escolar indígena como fundamental para os povos indígenas do Brasil. Na próxima seção vamos abordar como essa política nacional se materializa no território Potiguara.

3.2 Educação Indígena Diferenciada na Terra Potiguara

A luta e as reivindicações por uma educação específica para o povo Potiguara não surgiram de um dia para o outro, são décadas de um processo lento. Direcionando o olhar para o estado paraibano, temos a Legislação Educacional da Paraíba (2014), que estabelece normas para a organização, estrutura e o funcionamento das escolas indígenas no sistema de ensino estadual, entre outros encaminhamentos. Na referida lei, na Resolução nº 207/2003 resolve:

Art. 1º Fica instituída, no sistema de ensino do Estado da Paraíba, a categoria de Escola Indígena como o estabelecimento adequado à concretização de Educação Indígena, considerado como unidade própria, autônoma e específica

no seu sistema educacional, bem como dotado de normas e ordenamento jurídico próprios, respeitada a legislação vigente.

Art. 2º A Educação Escolar Indígena se configura como bilíngue e intercultural e tem por escopo valorizar plenamente a cultura indígena, especialmente do Estado da Paraíba, reafirmando suas identidades étnicas, sua língua e seus conhecimentos, bem como assegurar às comunidades indígenas o acesso aos conhecimentos da sociedade nacional abrangente e das sociedades não índias.

Art. 3º São considerados requisitos básicos para organização, a estrutura e o funcionamento da Escola Indígena:

I – Sua localização em terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas, ainda que tais terras se estendam por territórios de diversos municípios contíguos;

II – Exclusividade de atendimento às comunidades indígenas;

III – Ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística do povo indígena;

IV – Organização escolar própria, observadas as normas legais. (Paraíba, 2014, p. 319 – 320).

Estas iniciativas trazem consigo, um parecer favorável pelo reconhecimento da Educação Indígena no Território Potiguara, isto, porque as pessoas participantes prezam pela valorização dessa categoria educacional. O fortalecimento desse vínculo tem sido primordial para aprimoramento das futuras gerações. Essas reflexões são uma tentativa de elencar todos os trabalhos desenvolvidos nas instituições de ensino indígena Potiguara, especialmente na escola Pedro Poti, pois por meio dela, muitas mulheres têm se destacado nessa tarefa.

Imagem 17 – Ritual do Toré realizado no Terreiro Sagrado, promovido pela escola Pedro Poti



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Como apresentada anteriormente, a referida instituição destaca-se nas ações que envolvem a educação indígena no Litoral Norte paraibano, impulsionando cada vez mais a luta pela reafirmação e permanência da identidade, cultura e direitos indígenas. Nesse contexto, é válido destacar que ao se apropriar dessas metodologias educativas, associando disciplinas específicas com a sabedoria dos mais velhos anciãos da comunidade, a aprendizagem é eficaz e prazerosa.

Dito isso, entendemos que os alunos indígenas Potiguara desempenham papéis importantes nesse cenário, pois com o apoio da comunidade escolar, primeiramente vivenciam sempre a pluralidade cultural e, depois, aprendem os conteúdos propostos universalmente. O domínio desses conhecimentos adéqua às adaptações pelas quais eles passam. Assim, há de concordar que já avançamos deveras a respeito do ensino, a estrutura escolar e os subsídios que as professoras necessitam.

3.3 Ensino diferenciado e específico na prática

A nossa concepção do que é ensino diferenciado, parte da premissa de que essa abordagem pedagógica considera as necessidades dos estudantes, proporcionando estratégias de ensino condizentes com as especificidades individuais, permeando toda e qualquer metodologia adotada para esta finalidade. A anciã Maria Nilda afirmava que não era uma “pesquisadora sentada numa cadeira”. O diálogo a seguir evidencia que para ela, o ensino diferenciado e específico se constitui da seguinte maneira:

Por isso que eu falo também: Eu não sou uma pesquisadora sentada numa cadeira, eu sou uma pesquisadora de andar mostrando o que eu faço. Eu pegava o professor e saía pela mata. Vamos! Levava sempre uma garrafa com água, biscoito ou uma garrafa de suco e a gente ia. Olha, o material está aqui. Se eu vou estudar uma fumaça, eu não vou estudar numa sala de aula, eu vou estudar onde elas estiverem. Então, isso são os estudos indígenas. Se eu vou estudar um remédio, eu vou buscar a planta, qual parte da planta eu vou usar pra o remédio. Isso era feito em oficinas na escola, não era Ranielle? [Autora desse trabalho, estudante indígena pesquisadora, ex-aluna da entrevistada]. Chamava só o aluno? Não. Era pai, mãe, o avô, avó e tio: vamos todos pra escola estudar! (Nilda Potiguara, 2022).

Assim, é interessante dizermos de maneira particular, o quanto a prática do ensino diferenciado faz jus a sua nomenclatura, pois a aprendizagem está, intrinsecamente, ligada à relação estabelecida entre os participantes. O indivíduo ensina, aprende e transforma o seu lugar de pertencimento. Sentir a terra, as plantas, o ar, as vibrações dos encantados sugere um desligamento do espaço tempo no qual estamos para nos apropriarmos de tudo que nos toca. A ambientação das escolas também deve propiciar experiências únicas de transformação, uma vez

que não importa o quão difícil seja a situação, as professoras sempre encontrarão soluções para direcionar seus alunos.

Enquanto aluna da escola Pedro Poti, tive meu primeiro contato com as canções do Toré, os elementos culturais, os pontos geográficos, a biodiversidade existente em nosso território, o convívio com a comunidade e o seu entorno, aulas de campo, dentre outros. À época, no entanto, não tínhamos a compreensão da real importância dessas vivências com tanta ênfase, mas foi a partir do interesse de aprender cada vez mais que tudo se transformou.

Durante o intervalo das aulas, sempre me direcionava a secretaria escolar, pois gostava de conversar com Dona Nilda, que, naquele tempo era a gestora educacional da instituição. A sabedoria daquela mulher me inspirava a aprender mais sobre mim mesma, a minha origem e as dificuldades que os antepassados enfrentaram para que ocupássemos aquele lugar.

Participávamos de vários eventos internos como a Semana Indígena Cultura, Jogos Indígenas Escolares, Semana do Meio Ambiente e o ritual da Formatura Indígena, realizado por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II e os concluintes do Ensino Médio. Juntando os fragmentos das minhas memórias nesse período, nisso que chamamos de identidade, Daniel Munduruku nos lembra de que:

Somos a continuação de um fio que nasceu há muito tempo atrás. Vindo de outros lugares... Iniciado por outras pessoas... Completado, remendado, costurado e, continuado por nós. De forma mais simples, poderíamos dizer que temos uma ancestralidade, um passado, uma tradição que precisa ser continuada, costurada, bricolada todo dia (Munduruku, 2002, p. 41).

Através das palavras do parente Munduruku, hoje, compreendemos o porquê de todas as inquietações naquele momento, foi um processo de aceitação e reafirmação enquanto indígena. Dona Nilda foi essencial nesse processo, sempre a admirei mediante a sua postura, sua inteligência e os seu pensamento sobre como deveríamos nos apropriar da nossa cultura. Ela sempre nos instigava a realizarmos as atividades culturais na escola e dizia que posteriormente, tudo seria para o nosso próprio desenvolvimento e aproveitamento.

Imagem 18 – Ranielle Barbosa da Silva participando da Semana Cultural, na escola Pedro Poti, 2013.



Fonte: acervo pessoal

Outro momento profícuo, em termos de aprendizagem que marcou a nossa trajetória, foi à conclusão do Ensino Médio. O ritual do Toré realizado na Barra do Camaratuba concretizou os anseios que estávamos na direção certa. Com o passar dos anos, fomos, instintivamente, compreendendo que aquele momento não deveria ser o único lugar de aprendizado, pois almejávamos adentrar na universidade.

Imagem 19 – Ranielle Barbosa da Silva recebendo da sua mãe, o certificado de conclusão do Ensino Médio, na Barra do Camaratuba, 2016



Fonte: acervo pessoal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado todos os expostos, podemos dizer que as reflexões elencadas por meio dos relatos de experiências a respeito da Educação Escolar Indígena e Ensino Diferenciado são de suma importância para a valorização das tradições culturais relacionadas ao povo Potiguara da Paraíba, povo este que vive incessantemente numa árdua busca por garantias de direitos e reconhecimento. Os desafios e as possibilidades que as mulheres enfrentaram e, ainda enfrentam, para que a educação indígena com ensino diferenciado seja eficaz nas suas respectivas comunidades, são um pequeno recorte de tudo que elas conquistaram até agora.

Assim, partindo da constatação de que quando falamos em Educação Indígena Diferenciada oferecida aos alunos Potiguara, nos deparamos com um cenário de possibilidades que resulta, até então, no fortalecimento da identidade. Durante todo o processo de pesquisa e escrita desse trabalho, visitas as escolas e as aldeias, constatamos que as mulheres protagonistas que trabalharam e/ou trabalham em prol de um ensino diversificado, foram e são pilares fundamentais nesse contexto.

Por isso, quando nos perguntamos inicialmente como o processo de ensino e aprendizagem por meio da Educação Indígena com Ensino Diferenciado estava sendo desenvolvido nas escolas Potiguara, nosso intuito foi investigar e averiguar cada etapa e como se dava. Dessa forma, alcançamos nosso objetivo de identificar o protagonismo dessas mulheres, e de maneira mais específica analisar as práticas pedagógicas desencadeadas por elas apresentar as contribuições para o conjunto da educação escolar.

Assim sendo, afirmamos que esta pesquisa ajudou significativamente na minha formação acadêmica, por me proporcionar vários conhecimentos durante o processo e me aprofundar ainda mais na profissão que escolhi para a vida. Além disso, me possibilitou rever algumas práticas que usava e agora, terei um novo olhar e um direcionamento mais atento.

Muito já se discutiu sobre o tema proposto aqui, mas nada impede que outros pesquisadores (as) indígenas Potiguaras continuem por este viés investigativo, pois há muito que ser debatido. Que as mulheres continuem ocupando os espaços de destaque não só na Educação, mas em todas as esferas governamentais que desejarem e que sejam donas dos seus sonhos e objetivos. Que nada as impeçam de lutarem por igualdade de gênero, reivindicarem salários dignos e condições de trabalho justas e adequadas. Que a história de vida da ancestral Dona Nilda, seja o combustível para a concretização de todos esses anseios.

REFERÊNCIAS

ANAMA POTIGUARA: **fortalecendo juventude e lideranças Potiguara**. Projeto PROBEX-2022 – 2023; 2024 – 2025.

ARAÚJO, Júlia patricia de Andrade. **Ensino e aprendizagem da língua Tupi Antigo**: instrumento de fortalecimento da identidade do povo Potiguara. Mamanguape, 2023.

ARAÚJO, Marianna de Queiroz. **Entre terreiros, roçados e marés**: um estudo sobre a organização doméstica entre os Potiguara do Litoral Norte da Paraíba. 2015.

BAKKE, Lianete Lira Mendes. (Org.) **Cartilha Potiguara**; Língua Portuguesa. Baía da Traição/PB: Governo do Estado da Paraíba, MEC/ FNDE, 2002.

BARBOSA, Milena Veríssimo. **Educação Escolar Indígena Potiguara da Paraíba**: Formação para Professores. III CONEDU, 2016.

BRAGA, Lisbela Lessa Cohen. **A educação escolar indígena diferenciada**. Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394/96. Brasília/DF: MEC, 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Brasília, 1998.

CANANÉA, Fernando Abath. **Educação: olhares diversos**. João Pessoa: Imprell, 2024.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidência: Araxá, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Thayná Donato. **Uma etnografia da organização social da aldeia Laranjeira, terra indígena Potiguara, Baía da Traição – PB**. Rio Tinto, 2021.

GOMES, Alexandre Oliveira. Memória e patrimônio cultural dos povos indígenas: uma introdução ao estudo da temática indígena. In: **O ensino da temática indígena**: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas. Recife/PE: Edições Rascunhos, 2016.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

JORDAHL, Jenny. **A queda do patriarcado**: o combate ao machismo através dos séculos. São Paulo: Seguinte, 2023.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista de perspectivas decoloniais**. WORLDS AND KNOWLEDGE OTHERWISE, vol. 2, Dossiê 2. Durham, 2008.

MANDULÃO, Fausto da Silva. A educação na visão do professor indígena. *In*: GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi. (Org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MIGNOLO, Walter. **Desafios decoloniais hoje**. Foz do Iguaçu/PR: Epistemologias do Sul, 2017.

MUNDURUKU, Daniel. **Em busca de uma ancestralidade brasileira**. Fazendo Escola. Alvorada: Secretaria Municipal de Educação de Alvorada, 2002.

NARRATIVAS POTIGUARA: a compreensão de ancestralidade, território e natureza por anciãos Potiguara. Projeto PROBEX – 2022 – 2023, UFPB.

PARAÍBA. Legislação Educacional da Paraíba. João Pessoa: editora UNEPI, 2014.

PEREIRA, Antônio Alberto (Org.). **História, Cultura e Sustentabilidade do vale do Mamanguape**: livro paradidático para a educação básica. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Pedro Lôbo dos. **Morombo'esara Nhebo'e: O aprender e o ensinar do professor Potiguara na Baía da Traição/Paraíba**. João Pessoa, 2021.

SANTOS, Pedro Lôbo dos; SILVA, Eduardo Dias da. **A educação escolar indígena como fortalecimento da identidade cultural dos Potiguara da Paraíba/Brasil – considerações iniciais**. 2016.